



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1617206 - SP (2019/0332644-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : MARCELO RUIZ CAMPOS
ADVOGADO : ENZO YOSIRO TAKAHASHI MIZUMUKAI - SP358895
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCELO RUIZ CAMPOS contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 1º, I e IV, da Lei n. 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal – CP, à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime aberto, substituída por duas restritivas de direitos, e 16 dias-multa (fl. 256).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

EMENTA: Crime contra a ordem tributária, múltiplas vezes, em continuidade delitiva (art. 1º, I e V, da Lei nº 8.137/90, cc. art. 71, 'caput', do Cód. Penal). Preliminar inconsistente. Inocorrência de cerceamento de defesa. Desnecessidade de conversão do feito em diligência para juntada de eventuais documentos. Feito devidamente instruído. Decisório bem fundamentado. Ausência de prejuízo. Nulidade inexistente. Mérito. Redução do ICMS devido por meio da prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias quanto ao lançamento de operações tributadas como não tributadas, da omissão de informações quanto às receitas decorrentes de saída de mercadorias e, ainda, deixando de fornecer notas e livros fiscais relativos à venda de mercadorias. Crime caracterizado, integralmente. Provas seguras de autoria e materialidade. Laudo pericial contábil, que atesta a materialidade. Palavras incriminatórias de Agente Fiscal de Rendas. Versão exculpatória inverossímil. Condenação imperiosa. Responsabilização necessária. Apenamento correto, com oportuna substituição. Impossibilidade de afastamento da pena pecuniária. Regime aberto, o mais benéfico possível em caso de cumprimento da corporal. Apelo improvido, afastada a preliminar (fl. 327).

Em sede de recurso especial, a defesa alegou cerceamento de defesa, em violação aos artigos 369 do Código de Processo Civil – CPC e 156 do Código de Processo Penal – CPP, bem como ao artigos 5º, LIV e LV, da CF, porque o Tribunal de origem validou o indeferimento do juiz a respeito de pedido de diligência formulado em alegações finais para obtenção dos livros fiscais da empresa recolhidos pelo Fisco. Destaca que a prova de sua inocência está na documentação entregue à autoridade

fiscal. Aduz que não houve fraude, tão somente mero envio de produtos para outra filial do mesmo grupo empresarial, sendo indevida a requalificação da operação pelo Fisco para constatar fato gerador de ICMS mediante presunção administrativa (art. 116 da Lei n. 5.172/66, Código Tributário Nacional – CTN). Entende que a presunção não comprova o dolo da conduta de sonegação fiscal, devendo prevalecer no processo penal a busca da verdade real.

Em seguida, a defesa sustentou violação ao artigo 1º, I, da Lei n. 8.137/90, porque o Tribunal de origem manteve a condenação, sem observar que a empresa não foi desenhada do "SIMPLES NACIONAL" em março de 2008. Ressalta que a operação CFOP 5409 é utilizada para transferir mercadoria de um estoque para outro e não é tributável, pois configura estratégia de logística. Ressalta que o decidido no Auto de Infração – AIIIM foi em revelia, não devendo prevalecer para condenação, conforme pode ser comprovado se forem entregues os documentos fiscais recolhidos pelo Fisco.

Noutro tópico, a defesa argumentou violação do art. 1º, V, da Lei n. 8.137/90, eis que a fazenda pública utilizou-se de notificação por edital em nome da empresa e não do acusado, sendo nula a Certidão de Dívida Ativa. Acrescenta que o fato de ser sócio da empresa não corresponde a autoria do delito e que a operação CFOP 5409 era legal e reforça a falta de dolo para a conduta. Afirma que os livros fiscais foram entregues em 2010 para o Fisco, embora o fiscal alegue o contrário, ou seja, que recebeu em parte os livros.

Por fim, a defesa apontou violação ao art. 44 do CP, porquanto a multa de 10 salários mínimos não é proporcional à condição financeira do recorrente que possui R\$ 300,00 por mês em conta bancária e não possui bens.

Requeru o reconhecimento da prescrição.

Contrarrazões (fls. 370/376).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista o óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7 do STJ (fl. 379).

Em agravo em recurso especial, a defesa refuta o referido óbice (fls. 385/393).

Contraminuta (fls. 400/406).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial ou pelo desprovimento do recurso especial (fls. 421/422).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

De início, não cabe em sede de recurso especial a análise de violação a princípios e dispositivos constitucionais, pois a referida análise compete ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. Cito precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CRIME MILITAR. EXTRAVIO CULPOSO DE ARMAMENTO. ARTS. 265 E 266 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE PECULATO CULPOSO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. MILITAR DE FOLGA. NEGLIGÊNCIA NO ACAUTELAMENTO DA ARMA. POSTERIOR RESTITUIÇÃO DO BEM. IRRELEVÂNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.

[...]

2. A violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se *quaestio afeta* à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são

incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1759904/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 26/11/2018).

Sobre a violação aos artigos 369 do CPC e 156 do CPP, o Tribunal de origem rejeitou a preliminar, pois a diligência era desnecessária, ante a análise dos livros realizada no processo administrativo tributário, inexistindo prejuízo pela ausência dos livros no presente feito. Cito o trecho:

Pleiteia a conversão do julgamento em diligência, para que os autos retornem à origem, a fim de que a autoridade fazendária apresente em Juízo — para juntada nos autos do processo —, todos os livros fiscais recolhidos na empresa do acusado.

Sem qualquer razão, no entanto.

Isto porque, diversamente do que pretende fazer ver a defesa, o juízo não está obrigado a deferir esta ou aquela prova para formar sua convicção.

Houvesse necessidade e conveniência para a medida pretendida, sua e apenas sua (do Juízo), esta disponibilidade.

Se a origem a entendeu desnecessária, assim deve ser sacramentado.

Estando convencido o d. Juízo sentenciante a respeito dos fatos, como efetivamente estava, tanto que condenado o acusado, nada mais lhe competia fazer.

E, como bem ressaltado pelo d. Promotor de Justiça oficiante nos autos: os livros que o apelante deseja apresentar já foram devidamente analisados no processo administrativo tributário e no laudo pericial apresentado a f. 99/107, inexistindo qualquer prejuízo ao direito de defesa do réu", [f. 293) (g.n.).

Fazendo incidir, assim, a regra constante do art. 563 do Código de Processo Penal ("Pas de nullité sans grief").

Impossível, portanto, o reconhecimento de qualquer nulidade processual.

Rejeita-se a preliminar, pois (fls. 329/330).

Depreende-se do trecho acima que a produção da prova foi indeferida de forma motivada, conforme se exige nesta Corte, em razão da análise dos livros realizada no procedimento administrativo fiscal e do laudo constante nos autos, inexistindo prejuízo. No mesmo sentido da ausência de ilegalidade, cito precedente:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. LAVAGEM DE DINHEIRO. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

1. A teor do art. 402 do CPP, produzidas as provas, as partes poderão requerer diligências ao Juiz cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução criminal.

2. O Superior Tribunal de Justiça é firme em

salientar que o Magistrado detém discricionariedade para indeferir as provas que entender protelatórias, irrelevantes ou impertinentes, desde que por meio de decisão fundamentada.

[...]

6. Recurso ordinário não provido (RHC 97.008/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 14/5/2019).

Cumpra ressaltar que eventual irregularidade do procedimento administrativo fiscal deveria ter sido objeto de impugnação oportuna, eis que o juízo criminal não é competente para tal análise. Cito precedente:

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. CRIME TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. JUSTA CAUSA PRESENTE. SÚMULA VINCULANTE N. 24/STF. 2. JUNTADA DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO. DESNECESSIDADE. EVENTUAIS IRREGULARIDADES. DISCUSSÃO NA SEDE PRÓPRIA. 3. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. Da leitura da denúncia, verifica-se que a materialidade se encontra devidamente narrada, em consonância com o disposto na Súmula Vinculante n. 24 do Supremo Tribunal Federal, havendo, inclusive, referência aos documentos acostados aos autos, de forma a comprovar a existência de crédito tributário constituído. Como é cediço, a materialidade dos crimes listados no art. 1º, inciso I a IV, da Lei n. 8.137/1990 apenas se verifica com a constituição definitiva do crédito tributário, situação que ocorre por meio do procedimento tributário devidamente instaurado. Assim, o direito penal apenas passa a ter lugar após verificada a adequada tipicidade da conduta imputada.

2. Dessa forma, não há se falar em indispensabilidade da juntada do procedimento administrativo tributário. Com efeito, o procedimento administrativo tributário e a íntegra dos documentos tributários foram analisados em sede própria. Portanto, eventual irregularidade ou equívoco no procedimento tributário deveria ter sido impugnado na via própria, que não é a criminal. Nesse contexto, não se revela indispensável a juntada dos documentos tributários, mas apenas a comprovação da constituição definitiva do crédito tributário. Eventual desconstituição do que foi averiguado tributariamente não pode ser feito no juízo criminal, cabendo ao recorrente se valer dos meios próprios para tanto.

[...]

4. Recurso em habeas corpus improvido (RHC 94.288/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 30/05/2018).

Sobre a violação ao art. 1º, I e V, da Lei n. 8.137/90, o Tribunal de origem concluiu pela materialidade, autoria e dolo, nos seguintes termos:

Crime contra a ordem tributária, diversas vezes, em continuidade delitiva (art. 1º, I e V, cc. art. 71, "caput", do Código Penal).

Acusado, sócio-gerente de estabelecimento empresarial — Crisclean Indústria e Comércio de Alimentos e Produtos de Limpeza LTDA. —, com a inequívoca intenção de sonegar ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — em benefício daquela pessoa jurídica, deixa de efetuar o pagamento do imposto devido ao Estado de São Paulo, no montante de R\$ 39.509,01. nos períodos de março a julho, setembro e outubro de 2008, prestando declarações falsas à autoridade fazendária, com emissão e escrituração das notas fiscais modelo 1, referente a operações tributadas, como não tributadas, por inúmeras vezes.

Além disso, supprime ICMS no valor de R\$ 134.566,90. no período de março a dezembro de 2008, por meio de omissão de informação ao Fisco Estadual quanto às receitas decorrentes da saída de mercadorias, após o desenquadramento da empresa do Regime de Apuração do "Simples Nacional", ocorrido em 1º.mar.2008.

Por fim, o acusado ainda supprime o referido tributo, deixando de fornecer notas fiscais e livros fiscais relativos à venda de mercadorias efetivamente realizada no período supra, muito embora tenha sido regularmente notificado para tanto.

Estes os fatos, em suma.

Condenação necessária.

Elementos mais do que suficientes a garantir autoria e materialidade delitivas.

Esta restou amplamente demonstrada nos documentos acostados aos autos, notadamente por meio de: (i) Auto de Infração e Imposição de Multa, f. 9/11; (ii) demonstrativo do débito fiscal, f. 12/13; (iii) demonstrativo da falta de pagamento do ICMS, f. 15/17; (iv) demonstrativo dos documentos não entregues, f. 18; e (v) laudo pericial contábil, / 99/106.

*Cumprе destacar que o laudo pericial contábil de f. 99/106 — trabalho minucioso e que descreve detalhadamente toda a análise documental dos documentos juntados aos autos — consigna que: "a Secretaria da Fazenda Estadual do Município de Ribeirão Preto, através do AIIM nº 3.157.587-0. datado de 11 de maio de 2015. autuou a empresa Crisclean Indústria e Comércio de Alimentos e Produtos de Limpeza Ltda.. por não ter pago ICMS no montante de R\$ 174.075,91 (cento e setenta e quatro mil e setenta e cinco reais e noventa e um centavos)", f 106, destacando que a conclusão decorreu da apuração de que a pessoa jurídica, f. 101/102: (i) não efetuou o pagamento do ICMS devido, *no montante de R\$ 39.509,01 (trinta e nove mil quinhentos e nove reais e um centavo), nos períodos de março a julho, setembro e outubro de 2008. por emissão e escrituração das notas fiscais modelo 1. referente a operações tributadas, como não tributadas e (ii) não efetuou o pagamento do ICMS "no valor de R\$ 134.566,90 (cento e trinta e quatro mil,*

quinhentos e sessenta e seis reais e noventa centavos), no período de março a dezembro de 2008. por não ter declarado ao Fisco em Guia de Informação e Apuração do Imposto — GIAs. o imposto devido no referido período, decorrente de suas operações de saídas, após ter sido desenquadrado do Regime de Apuração do "Simples Nacional".

Nesses termos, depreende-se que o exame pericial é categórico ao concluir pela ocorrência dos crimes contra a ordem tributária descritos na denúncia, uma vez que o acusado deixou de pagar ICMS devido e exibir documentos, impressos de documentos e livros fiscais ao Fisco Estadual.

A autoria também é certa.

E se principia, não apenas documentalmente — ficha cadastral registrada na JUCESP, f. 48 —, como e notadamente pela prova oral carreada no decorrer da instrução.

Nesse sentido, há a firme e contundente narrativa do Agente Fiscal de Rendas Lauro (depoimento gravado em audiência, f. 199/200).

O servidor confirma, sem titubeios, os fatos que deram origem ao Auto de Infração e Imposição de Multa da empresa do réu, pelo qual foi responsável.

Segundo descreve, esteve na sede da empresa, onde foi recebido por seu representante, e fez a notificação.

Confirma os dados constantes do Auto de Infração e Imposição de Multa e corrobora a informação de que se constatou que aquele representante deixou de pagar a totalidade do imposto ao Estado, inclusive fazendo uso de lançamentos de vendas tributadas como se fossem não tributadas, e apresentou somente alguns dos livros que lhe foram exigidos.

A testemunha esclarece ainda que, após este contato inicial, não logrou êxito em encontrar novamente o representante da empresa para a entrega do restante do material, tendo encontrado as portas do estabelecimento fechadas.

Evidentemente autênticos os relatos, que confirmam integralmente o teor dos documentos e a conclusão do laudo pericial contábil acostados aos autos.

O que só pode levar à certeza do quadro.

No vazio, portanto, a versão exculpatória oferecida pelo acusado, verdadeiramente fantasiosa e perdida em si mesma, quando confrontada, não só face sua posição inverossímil, como e principalmente porque improvada.

Com efeito, Marcelo, ao ser interrogado em audiência de instrução, debates e julgamento (interrogatório judicial gravado, f. 199/200), confirma ter sido sócio da empresa "Crisclean" e recebido na empresa o Agente Fiscal ouvido como testemunha, oportunidade em que lhe foram solicitados diversos livros e documentos.

O acusado limita-se a afirmar que a apuração se refere ao encaminhamento de mercadorias — mediante a emissão de notas fiscais — de sua empresa para o

estoque de empresa de sua ex-esposa ("Crisflex"), que possuía objeto social diverso; que sua empresa não foi desenhadrada do regime do "Simples Nacional"; e que somente pequena parte dos documentos que lhe foram exigidos, mediante a concessão de prazo, não foi apresentada ao Fisco.

Como se depreende de seu interrogatório, o acusado, não obstante confirme que atuava na função de sócio-gerente, afirma que não tinha ciência sobre os aspectos tributários da empresa, já que estes incumbiam a um contador.

Pois bem.

Descabida tentativa de imputação de responsabilidade a terceiros.

Afinal, quem é responsável legal de empresa comercial, é responsável direto e indireto, e de direito, pela regularidade fiscal do estabelecimento.

Daí estar obrigado, sob as penas da lei, a fiscalizar o próprio negócio e toda documentação a ele atinente.

Tratando-se de tributo devido por pessoa jurídica, é o administrador legal o responsável, uma vez que é o único que detém o domínio final da ação, independentemente de ter realizado ou não, diretamente, a conduta material descrita pelo tipo penal — como bem justificado pelo d. Juízo sentenciante.

Por este motivo, irrelevante o fato de a empresa ser ou não assessorada por contador ou outro profissional, já que é dever do contribuinte zelar pelo recolhimento dos tributos devidos, ainda que contrate serviço de terceiro para assuntos tributários e contábeis.

*Aceitar-se a versão do réu, então e *data uenia diante de tamanhas evidências em sentido contrário, principalmente do ter do laudo pericial contábil, que refuta cabalmente todas as alegações feitas pelo acusado, seria fechar os olhos a uma realidade manifesta e dar costas ao óbvio, em total desapego às normas genéricas da verdade e bom-senso, que emanam sem nenhuma dúvida dos autos.*

Nada obstante deva estar o julgador sempre atento e dedicado às teses defensórias, verdade é que há um momento em que as versões não podem ser aceitas, em razão do óbvio manifesto que representam sua irreabilidade.

O julgador, então, que é e deve ser homem de bom-senso e com preocupação com a realidade ideal, pode e deve sempre afastar as teses sem qualquer cunho de razoabilidade, como aqui.

Os fatos são claros e a condenação era de rigor.

Caberia ao réu demonstrar a inexistência dos crimes descritos nos autos, diante de tão graves elementos documentais e testemunhais a efetivamente caracterizar as irregularidades.

Não o fez.

Ao contrário.

O que resta evidentemente comprovado nos autos é que a escrituração fiscal da empresa não espelhava uma realidade e não foi apresentada em sua integralidade às

autoridades fazendárias, evidentemente e porque direcionada a atividade do acusado à burla do tributo estadual correspondente, resultando na sonegação de nada menos do que R\$ 174.075.91.

E, como era o acusado o responsável pela empresa, evidente que os "benefícios" das fraudes efetivamente lhe favoreceram de forma direta.

A forma ilegal, entretanto, ao beneficiar-lhe, direta e indiretamente, tipifica a ação criminosa.

E, como bem pontuou a origem: "...ainda que praticado por terceiros. por certo o sócio administrador é o maior beneficiado com a fraude, de modo que não existe motivo para justificar o comportamento do contador sem o conhecimento do administrador." [f. 252).

De forma que a questão é simples, objetiva e concreta.

Donde a imperiosa responsabilização.

Enfim.

Os fatos são objetivos.

Não há, enfim e nem de longe, fragilidade probatória.

A prova, ao reverso, é plena, categórica.

E nada foi feito ou produzido pela defesa, capaz de invalidar ou diminuir a força probante que os autos revelam.

Donde o quadro probatório indicar como autor do delito exatamente aquele que apontado e responsabilizado.

Condenação, portanto, inevitável (Fls. 330/337).

De fato, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Nesse sentido, precedente desta Corte:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. ARTS. 284 E 400, § 1º, DO CPP. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. Para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem e decidir pela absolvição da conduta tributária ilícita, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1317879/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 24/09/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISOS I e II, DA LEI N. 8.137/90 - REDUÇÃO E SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS). PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA

DE DOLO ESPECÍFICO. PRESCINDIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA ASSENTE. REEXAME DE PROVAS. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O pleito de absolvição demanda revolvimento fático-probatório dos autos, providência de todo inviável nesta instância recursal, por óbice do enunciado n. 7 da Súmula/STJ. Precedentes.

[...]

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1123098/GO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. PETICIONAMENTO ELETRÔNICO INDISPONÍVEL. COMPROVAÇÃO. RECURSO CONHECIDO.

[...]

VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EIVA INEXISTENTE. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE DECIDIU A QUESTÃO DE FORMA FUNDAMENTADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. INOCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISO I, DA LEI N. 8.137/90). PLEITO ABSOLUTÓRIO. REEXAME DE PROVAS. NÃO CABIMENTO.

1. Concluindo as instâncias de origem, a partir da análise do arcabouço probatório existente nos autos, acerca da autoria e materialidade delitiva assestadas ao denunciado, a desconstituição do julgado, no intuito de abrigar o pleito defensivo absolutório, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário a este Tribunal Superior de Justiça aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência vedada no âmbito do Recurso Especial, por força do óbice da Súmula nº 7 desta Corte.

2. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 430.872/GO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 02/03/2018).

Por fim, sobre o montante da pena de prestação pecuniária, o Tribunal de origem destacou que pode ser parcelada para afastar a falta de capacidade financeira. Cito o trecho:

E, além disso, em que pesem os reclamos da defesa quanto ao valor estipulado, tendo em vista que a fixação de penas demasiadamente brandas pode levar à ineficácia da legislação penal.

Por outro lado, nada impede que o acusado postule o parcelamento da prestação pecuniária perante o Juízo das Execuções competente.

Daí que a alegação de falta de capacidade financeira não é escusa para o afastamento da pecuniária imposta (fl. 339).

Do mesmo modo, incide o óbice da Súmula 7 do STJ para se concluir que o recorrente não teria capacidade financeira para arcar com a prestação pecuniária estipulada de forma parcelada. Cito precedente:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OPERAÇÃO CURAÇÃO. EVASÃO DE DIVISAS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. INOCORRÊNCIA. CONEXÃO INSTRUMENTAL. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. COMPROMETIMENTO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS. SÚMULAS 7/STJ. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO DA ORIGEM. SÚMULA 283/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. TIPICIDADE DA CONDUTA. OPERAÇÃO "DÓLAR-CABO". PRESCINDIBILIDADE DA SAÍDA FÍSICA DE MOEDA DO TERRITÓRIO NACIONAL PARA A CONFIGURAÇÃO DO DELITO DE EVASÃO DE DIVISAS. TESE ADOTADA PELO STF NO JULGAMENTO DA AP 470 - MENSALÃO E PRECEDENTES DESTA EG. CORTE SUPERIOR. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. VALOR DA MULTA. AFERIÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

X - Verificar se o agravante teria condições financeiras de arcar com a prestação pecuniária que lhes foi imposta reclama incursão na seara fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula n. 7 desta Corte, já que, para se alcançar conclusão diversa daquela a que chegou as instâncias a quo acerca da condição econômica dos condenados seria imprescindível reexaminar todo o acervo probatório dos autos, pretensão que não se coaduna com os propósitos atribuídos à via eleita.

Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1596138/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 08/08/2018).

Ante o exposto, admito o agravo em recurso especial e, com fundamento na Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator